

A VIOLÊNCIA INSTAURADA NO COTIDIANO DO PRODUTOR*.

Amnérís A. MARONI**

RESUMO: O texto tem como proposta o questionamento de uma suposta neutralidade atribuída à organização do processo de trabalho capitalista. Com este questionamento busca-se recuperar, como proposta política, a prática de resistência operária que se exerce no âmbito mesmo da fábrica.

UNITERMOS: Alienação; forças produtivas; sistema de fábrica; organização científica do trabalho; taylorismo.

A perspectiva de análise de parte da bibliografia recente sobre o movimento operário coincide com a estratégica de atuação dos sindicatos. A configuração de um mesmo campo informa suas práticas: a ação contratual que tem por objetivo a melhor remuneração da mercadoria força de trabalho. A delimitação desse campo elimina da prática política sindical e das análises teóricas que a informam a contestação da *alienação*. Separa-se com isto o operário-cidadão do produtor. Abandona-se, nesta perspectiva, a contestação do poder capitalista dentro da fábrica e o que isto significa: a divisão social do trabalho, a estrutura hierárquica que a define, uma tecnologia orientada pelo princípio da exploração, etc.

Perde-se neste campo (contratual) a realidade vivenciada pelo produtor; a atomização, a parcelarização, a fragmentação, originadas nas práticas do processo de trabalho e, portanto, na organização particular do processo de trabalho que as definem. Além disto, as análises assim

restritas impedem a percepção da resistência operária a esse processo de trabalho que, a cada passo, se renova.

A lógica dessas análises oculta o fundamental da realidade operária. Daí a emergência das classes sociais em luta tornar-se uma abstração, porque homogeneiza, integra, enfim, escamoteia o lugar em que o conflito se origina. Quando esta vigência é obscurecida, o operário-cidadão pouco pode nos informar sobre sua práxis, porque esta se define num outro lugar; nas relações de produção e na divisão do trabalho.

As análises recentes sobre a problemática das *comissões de fábrica* em vários momentos históricos põem a nu o viés acima criticado. De um lado, o debate em torno das mesmas se restringiu à oportunidade de ligação (ou não) dessas formas organizativas com as organizações sindicais visando romper a estrutura sindical atrelada ao Estado (9 : 152-158). De outro, as análises dessas formas organizati-

* O presente artigo é parte da monografia de mestrado (*A estratégia da recusa — análise das greves de maio/78*) apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, em janeiro de 1982.

** Departamento de História — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19.800 — Assis - SP.

vas restringiram o seu papel àquele tradicionalmente assumido pelos sindicatos e abstraíram o processo de lutas internas à fábrica que tornaram possível a sua emergência. Com suas funções delimitadas a priori — sintetizadas na vaga expressão de “organização de base” — às comissões de fábrica cabe preparar a movimentação operária na fábrica e a negociação com os patroões quando, por motivos diversos, os sindicatos não assumem as greves. Assim, nessas análises, a lógica das comissões de fábrica é a lógica sindical/contratual. Ou, se se quiser, as comissões de fábrica assumem as “funções que se considera que os sindicatos não estão cumprindo adequadamente — em função da rigidez da estrutura sindical” (12:8). Não há, por parte dessas análises, nenhum esforço em recuperar uma possível *especificidade* dessas formas organizativas — apenas se aponta seu caráter mais democrático. Abstraindo totalmente a organização do processo de trabalho e as formas de resistência operária àquela, essas análises permanecem fiéis à ideologia contratualista, fazendo coincidir artificialmente, em uma mesma perspectiva, a dinâmica do movimento operário com a do movimento sindical.

A visão *contratualista* dessas análises não é porém o único, nem o principal mo-

tivo que explica o ocultamento aludido. Outros motivos explicam o porquê do silêncio.

Até muito recentemente, as forças produtivas — ciência, técnica, a organização mesma do processo de trabalho, etc. eram consideradas, entre as correntes marxistas, como neutras, e seu desenvolvimento visto como intrinsecamente positivo*. É também comum na tradição marxista a idéia de que a redução da jornada de trabalho levaria ao fim da alienação(7). Esta, portanto, não seria contestada a partir da ação deliberada da classe, mas por um processo quase linear, implícito ao crescimento mesmo das forças produtivas. Só agora essas posições sofrem abalos(5), quando emergem posturas críticas a essas teses, consideradas até então inquestionáveis**. Na origem desses abalos, está o movimento operário principalmente europeu que, ignorando o discurso feito em seu nome, passou a pôr em xeque a divisão social do trabalho, o parcelamento das tarefas, a estrutura hierárquica que oprime o trabalhador na produção, o ritmo imposto pela máquina (8). Através dessa ação deliberada, explícita e não dirigida pelas organizações tradicionais do proletariado, foram recusados os critérios de prioridade pelos quais a classe operária parecia pautar as

* Furando o cerco que esta visão impunha, Simone Weil já na década de 30 critica essa concepção das forças produtivas que traz consigo a noção de progresso e de neutralidade. Em “Reflexões sobre as causas da liberdade e da opressão social” a autora critica a concepção marxista de forças produtivas, base sobre a qual se edifica a concepção marxista de revolução. Sistematizado na primeira metade da década de 30, o artigo citado discute a identificação existente entre o pensamento de Marx e a “corrente geral do pensamento capitalista”, em relação à idéia de se atribuir à matéria, às forças produtivas “uma contínua tendência à perfeição”, fazendo destas últimas “a força motriz da história”. A partir desta reificação, segundo a autora, Marx teria concebido sua teoria da história. Ver (16).

** Nos últimos anos, o mito da *neutralidade das forças produtivas* vem sendo questionado. Correntes críticas de pensamento, recuperando o que a prática operária vem entreabrindo como possibilidade, desenvolvem esse questionamento. Isto não significa, porém, que o mito esteja morto. Ao contrário, Benjamin Coriat mostra o seu fortalecimento, principalmente nos países comunistas do leste europeu, através da concepção de “Revolução Científico-Técnica”. Para os ideólogos dessa concepção, o desenvolvimento impetuoso das *forças produtivas*, principalmente da ciência, daria conta das transformações sociais, independentemente da luta de classes. Ou seja, a ciência imprimiria uma racionalidade direta à economia, invalidando a lei do valor. Os tecnocratas seriam, assim, os elementos mais capazes de gerir o aparelho produtivo.

Nos países do ocidente europeu, as teses da “Revolução Científico-Técnica” embasam o conceito de Capitalismo Monopolista de Estado, como fase imediatamente anterior ao socialismo. Nesta, o desenvolvimento científico-técnico teria socializado as forças produtivas e o trabalho social. É a partir desta transformação que teria sido criado o “trabalhador coletivo produtivo”, que é coletivamente vítima dos monopólios. Daí a emergência de um “novo bloco histórico” formado pelo proletariado e pelos “setores da cultura” (técnicos, engenheiros, etc), setores estes apresentados como homogêneos socialmente e partilhando dos objetivos estratégicos do proletariado. Sobre esta base fundamentava-se, por exemplo, o “Programa Comum” da esquerda na França. Ver (1).

suas lutas. Sobre esta recusa refizeram-se propostas e questionou-se o inquestionável: o mito da neutralidade da ciência, da técnica e a divisão do trabalho resultante de “necessidades objetivas.”

Em nome da eficácia, da superioridade tecnológica, o capital despojou o produtor do controle do produto e do processo de trabalho, através da separação entre a concepção e a execução, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

Marglin contesta esse discurso pelo qual o capital se legitimou(10). Para esse autor, a divisão capitalista do processo de trabalho, tendo por base a organização hierárquica, “não tem como função social a eficácia técnica, mas a acumulação” (10:41), pela extração da mais-valia. Para alcançar este objetivo — exterior ao trabalhador — o capitalista deve reservar para si o papel de *coordenador* da produção. Nesse movimento, ele se apropria do controle dos meios de produção e do processo de trabalho. Está aí, para o autor, a origem da divisão capitalista do trabalho: a preocupação em “dividir para reinar”. Nesse sentido, a adoção do *sistema de fábrica* obedece a outros imperativos alheios à “superioridade tecnológica das grandes máquinas” (10:58). Assim, o segredo dessa adoção deve ser buscado na *expropriação* pelo capitalista de um saber do trabalhador que o *sistema de fábrica* propiciou, concentrando na figura desse capitalista o saber sobre a produção e abrindo possibilidades de impor ao produtor direto *disciplina e fiscalização*. Sujeitava-se, portanto, o trabalhador, a um ritmo de trabalho. Se se quiser, a adoção do trabalho fabril, em um primeiro momento, deve-se a *razões organizacionais* — separação do trabalho intelectual do manual, parcelamento e especialização das tarefas, vigilância e disciplina — e não à superioridade tecnológica empregada. Inverte-se aqui o raciocínio tradicional quanto à emergência de uma tecnologia especificamente capitalista. Ou seja, esta última é modelada e determinada pela or-

ganização adotada no processo de trabalho.

As argumentações de Gorz avançam no mesmo sentido de Marglin(6). A organização opressiva do trabalho sob o capitalismo atende ao objetivo do capital: a acumulação, objetivo estranho ao trabalhador. Ou seja, a acumulação do capital só pode ser maximizada se for imposta aos operários como exigência exterior, através de métodos coercitivos de trabalho.

O desenvolvimento da tecnologia capitalista e da divisão capitalista do trabalho não se deu, para esse autor, “por causa da sua *eficácia produtiva em si*, mas em razão de sua *eficácia no contexto do trabalho alienado e forçado*; ou seja, trabalho dominado por um objetivo que lhe era desconhecido” (6:83). Para que fosse eficaz neste contexto, a organização capitalista do processo de trabalho constituiu-se também em técnica de opressão: impôs não só o despojamento da propriedade dos meios de produção como também o controle sobre esses meios.

Taylor, o “Pai da Organização Científica do Trabalho”, propõe o aumento da produtividade visando alcançar o “bem-estar do povo” (14:32). Insidioso esse discurso, cujas práticas propostas visam, inequivocamente, abater a resistência operária, considerada um empecilho ao aumento da produtividade. Essa é a estratégia política do capital.

Cumprir lembrar que o discurso taylorista encontra seu ambiente natural no saber burguês. Não visa ao aumento da produtividade “em geral” de trabalhadores quaisquer; estrutura-se sobre os pressupostos do trabalho alienado e forçado. E, neste, os trabalhadores não vêem razão alguma para se empenharem na produção. Essa resistência, identificada com uma “indolência sistemática”(14:36) precisa ser abatida para que o aumento da produtividade se efetive. Essa forma de equacionar o problema expressa a “genialidade” de Taylor.

Com “indolência sistemática” (as *múltiplas práticas de resistência operária*) Taylor quis dizer que o “operário produz menos do que é capaz”, (cerca de 1/3 ou metade de um dia de trabalho) e mais não poderia fazer sob o risco de ser “perseguido por seus companheiros de trabalho” (14:32). Trata-se, portanto, do reconhecimento da resistência e da solidariedade operária que não aceita o ritmo de trabalho fabril: “trabalhar menos, isto é, trabalhar deliberadamente devagar, de modo a evitar a realização de toda tarefa diária, “fazer cera” (...) é o que está generalizado nas oficinas” (14:32). Essas práticas de resistência, sustentadas pelo sindicalismo de operários qualificados portadores de um ofício (2), constituíam, no entender de Taylor, o maior perigo para a Inglaterra e os EUA.

A resistência operária, nessa medida, provinha da ignorância patronal quanto ao tempo utilizado no processo de produção e era praticada com o propósito deliberado de manter essa ignorância.

A estratégia do taylorismo é então de *expropriar esse savoir-faire* operário concentrando-o nas mãos da administração. Esse processo de expropriação forma conhecimentos novos e *centraliza* esse saber reelaborado na administração. Reforça-se, assim, a forma despótica da relação capitalista-assalariado, dada a necessidade de maior “controle” e “vigilância” sobre o produtor direto. Aprofunda-se ainda mais a hierarquia no processo produtivo com a emergência de “novos cargos” para o exercício das funções de gerência.

A centralização desse saber possibilita o domínio sobre a totalidade do processo produtivo e daí a “racionalização das

tarefas”, ou seja, o estudo “científico” dos elementos que as compõem, a cronometragem dos movimentos etc., impondo um rendimento padronizado para o produtor direto. Ou ainda, através dessa expropriação, instaura-se a separação entre *planejamento, concepção e direção* de um lado, e a *execução* do trabalho de outro. Assim, aprofunda-se a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual típica da grande indústria, segundo Marx(11). Desta separação resulta a perda progressiva pelo produtor direto da *autonomia, do controle e da iniciativa* * sobre o processo de trabalho, bem como a emergência de uma estrutura hierárquica com funções de registro, controle e vigilância.

A ciência da “administração científica” se funda a partir da reunião de todo *conhecimento tradicional*, retido pelos trabalhadores, nas mãos da administração que passa a classificar, tabular, reduzindo-o a normas, leis ou fórmulas. Ou seja, a constituição desse *novo campo de saber*, torna-se possível através do exercício do poder.

A outra estratégia do taylorismo para impedir a resistência operária é o impedimento sistemático do trabalho em grupo. Cada operário deve ser tratado à parte, *individualmente*, recebendo instruções, através de seu chefe imediato, de como e em quanto tempo deve realizar a sua tarefa. A preocupação básica do Departamento de Tempos e Métodos é *planejar postos individuais de trabalho*, não atribuindo tarefas a grupos. Busca-se, assim, restringir a comunicação entre os operários quanto ao conhecimento mesmo do processo produtivo. Cada operário só tem

*A *linha de montagem* que fundamenta a concepção fordista da organização do processo de trabalho, nos anos 20, reduz ainda mais as margens de *iniciativa e autonomia* operária. Isto porque, ao fixar o trabalhador em seu posto de trabalho (a circulação das peças na linha de montagem é assegurada por transportadores automáticos), cria as condições para que “nenhum homem deva dar um passo” — expressão de Ford — durante a jornada de trabalho. Ao regular mecanicamente a velocidade do deslocamento das peças, suprime a última possibilidade de “jogar com o tempo” de que até então dispunham os trabalhadores. Ver (1).

conhecimento da tarefa que deve realizar e, com isto, visa-se eliminar no plano técnico os contatos informais. A comunicação possível (previsível) é *vertical*. Para tanto, o espaço também é cuidadosamente planejado. Ou seja, o taylorismo é também uma configuração especial do espaço da produção para evitar a *comunicação horizontal*, fundamental para a articulação da resistência.

Ao restringir o controle do operário sobre “como executar tarefas”, sobre o tempo e, portanto, sobre a *quantidade* a ser produzida, o taylorismo busca impedir a resistência operária que se expressa sobre a *qualidade* do produto. Daí a emergência dos *inspetores e superinspetores de qualidade*, retirando ao produtor direto o controle sobre um aspecto fundamental do processo de trabalho.

Ao operário *individual*, estímulos *individuais*: “altos salários”. Estes foram reduzidos pelo taylorismo à única motivação possível do produtor. Os “altos salários” compensariam a monotonia, a não-criatividade, o não-controle do trabalhador sobre o processo produtivo, decorrentes da separação entre planejamento e execução. A estratégia taylorista lança mão desse tipo de motivação (através do *salário diferencial por unidade* — onde a própria taxa do salário-base depende da maior ou menor quantidade de unidades produzidas) a *nível individual*. Nesse sentido, o taylorismo critica a “cooperação ou participação nos lucros” como forma de estímulo, porque não atinge o operário isolado em seu *posto de trabalho*, mas ao conjunto da força de trabalho.

No fundamental, o taylorismo produz um novo saber — sistematiza conhe-

cimentos que passam a se impor coercitivamente, de forma exterior*. Toda sua estratégia tem por suposto eliminar a resistência operária no processo de produção.

Ao reivindicarem para si um estatuto científico, as práticas tayloristas se propõem não só eliminar as formas até então tradicionais da resistência operária, mas também assegurar-se como anteparo a novas formas de conflitos. A proposição de tarefas aos operários individuais, a política de incentivos salariais particulares prevista “cientificamente” já não poderiam, no entender de Taylor, ser fonte de divergências, eliminando-se, portanto, o conflito.

Os sonhos de Taylor não se realizaram porém. A armadilha de poder implícita em sua teoria acabou por ser contestada no dia a dia. A resistência operária no processo de produção se impõem, hoje, com outras dimensões. Sensível a ela, os novos teóricos da organização do processo de trabalho e das relações industriais (15:40/72) passam a criticar alguns dos princípios fundamentais do taylorismo e, uma vez mais, em nome do aumento da produtividade, se propõem a eliminar a resistência (13). No fundamental, essas reformulações rompem com os mitos que colocavam como “objetivos necessários” — porque decorrentes de uma “necessidade técnica” — o isolamento do produtor, o exercício hierárquico no comando da produção, a redução do trabalhador a mero executor de tarefas, etc.

Ao realizar uma pesquisa em empresas industriais no Estado de S. Paulo sobre as características do processo de orga-

* A mesma análise poderia ser feita em relação às ferramentas (entendidas como “cristalização” do saber operário) utilizadas durante o processo de trabalho. Em um primeiro momento, Taylor preconiza a seleção de ferramentas já existentes e a standardização e uniformização das mesmas nos diferentes ramos de trabalho. O desenvolvimento posterior de ferramentas, que a organização do processo de trabalho taylorizada impulsiona, estará condicionada às exigências feitas pela *análise de tempos e movimentos*, bem como ao imperativo do *controle do processo de trabalho pelo capital*. Ver (1).

nização do trabalho, Fleury (3)* chegou a uma constatação curiosa. Preocupado, em um primeiro momento, com a adequação teórica e com a eficácia dos modelos em relação à realidade brasileira, constatou que os departamentos encarregados de organizar o processo de trabalho se propõem a:

- “não permitir a qualificação e o aperfeiçoamento da mão-de-obra;
- não permitir o contato e o agrupamento entre os operários, evitando sua possível organização;
- manter baixo os salários individuais dos operários;
- induzir a rotatividade da mão-de-obra” (4:28)

Tendo em conta essas características, o autor afirma que “o trabalho não é organizado de forma a utilizar a mão-de-obra de maneira eficiente, mas sim de forma a desqualificá-la e desorganizá-la, minimizando a possibilidade de surgimento de conflitos dentro da fábrica” (4:28). Sacrifica-se, dessa maneira, a eficiência “para evitar problemas com a mão-de-obra” (Leia-se para melhor dominá-la). O autor nota, assim, uma contradição entre o objetivo declarado da eficiência e lucro e sua realização no campo da organização do trabalho; neste visa-se “em primeiro lugar a dominação da mão-de-obra, e em segundo lugar a produtividade” (4:28).

Aliás, a dominação política que a organização particular do processo de trabalho impõe é percebida claramente pelos

milítantes operários que tentam levar um “trabalho político” na fábrica:

“Lá não tem quase gente que pede demissão, a grande maioria é mandado embora. Porque veja, lá o pessoal todo é ajudante geral, sem qualificação, então fica fácil para o patrão substituir. Isso atrapalha muito o nosso “trabalho”. O pessoal que entra lá não quer participar, tem medo de ser mandado embora antes da experiência. E quando você consegue discutir, chamar para uma reunião...pá, vem a demissão, são mandados embora.

Tem um ditado que diz: “pedra que muito rola, não cria limo”. Então o patrão mantém a fábrica entrando e saindo gente o tempo todo; então não se cria qualquer organização. Então eu acho que a rotatividade é aplicada para que a gente não crie vínculos”**.

A insistência com que venho tratando a questão explica-se. Presente desde Marx (11), a idéia de dominação e sujeição do produtor pela organização do processo de trabalho capitalista era, no entanto, vista como “fator necessário de desenvolvimento econômico da sociedade”, como “progresso histórico” (11:418). A literatura recente põe em xeque essa visão: recusa os critérios tradicionais de prioridade na luta operária. Se a dominação e a desorganização da classe são objetivos primeiros da organização do processo de trabalho, cabe contestá-los. Sob este as-

* As conclusões a que o autor chega são resultado de uma pesquisa empírica realizada em 44 fábricas do Estado de São Paulo, em 1976/77. A forma comum de organização do trabalho nessas indústrias e denominada pelo autor de *rotunização*. Próxima da “Administração Científica” (taylorismo), a *rotunização* não se identifica, porém, com ela. A *rotunização* utiliza-se de alguns princípios da “Administração Científica”, mas não de todos, e faz algumas adaptações próprias.

1 Separa planejamento e execução, ate um nivel conveniente. Ou seja, este principio basico da “Administração Científica” não é aplicado de modo absoluto,
2 Não permite a formação de grupos de trabalho. Para o autor existe nas empresas pesquisadas uma “preocupação (que) chega a extremos” com a não formação de grupos,
3 Não define a maneira ótima de produzir. Ao contrario da “Administração Científica”, o Departamento de Tempos e Metodos não é fundamental,
4 Não faz seleção “científica” do trabalhador, nem treinamento da mão-de-obra. A aprendizagem é feita entre os proprios operários,
5 Não usa recompensas monetarias como fator de motivação para que o operario atinja a máxima produtividade. Ver (1)

** Segundo depoimento de um operário da *linha de montagem* da Istron, industria de autopeças da Capital

pecto, a resistência operária — que, de resto, sempre existiu — ganha outra dimensão. Entre outras razões porque propõe uma *problemática nova* para o movimento operário e sindical, ao questionar o poder no nível imediato em que ele se exerce e, nesse movimento, entreabre a

possibilidade de construção de projetos alternativos àquilo que fundamenta a alienação no capitalismo: a divisão social do trabalho em seu aspecto básico, qual seja, a separação do trabalho intelectual e manual.

MARONI, A.A. — The violence established in the producer's day-to-day activities. *Perspectivas*, São Paulo, 5: 15-21, 1982.

ABSTRACT: *This study has as its aim the search for a hypothetical neutrality attributed to the organization of the process of the capitalist work. It tries to regain, as a political proposal, the practice of the worker's resistance which occurs within the factory.*

KEY-WORDS: *Alienation; productive forces; factory system; scientific organization of work; Taylorism.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CORIAT, B. — Capital, técnica y ciência. In: *Ciência, técnica y capital*. Madrid. H. Blume Ed., 1976.
2. CORIAT, B. — Manufacture et le métier, la norme et le chronomètre. In: *L'atelier et le chronomètre: essai sur le taylorisme, le fordisme et la production de masse*. Paris, Christian Bourgeois Ed., 1970.
3. FLEURY, A.C. — *Organização do trabalho industrial: um confronto entre teoria e realidade*. São Paulo, USP, 1978. (Tese-Doutoramento).
4. FLEURY, A.C. — *Produtividade e organização do trabalho na indústria*. s.n.t. (mimeog).
5. GORZ, A. — *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1980.
6. GORZ, A. — O despotismo de fábrica e suas conseqüências. In: *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1980.
7. LENIN, V. — *O Estado e a revolução*. Buenos Aires, Ed. Anteo, 1971.
8. MAGRI, L. — La actuales luchas obreras en Europa. In: *MAGRI, L. et alii. — Movimiento obrero y acción política*. México, D.F., Ed. Era, 1975.
9. MARANHÃO, R. — Sindicatos X comissões de fábrica: uma falsa alternativa. *Cara a Cara*: 152-8, 1978.
10. MARGLIN, S. — Origem e funções do parcelamento das tarefas: para que servem os padrões? In: *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1980.
11. MARX, K. — A maquinaria e a indústria moderna. In: *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
12. MOISÉS, J.A. — O ciclo de greves do final dos anos 70. In: *SEMINÁRIO DE RELAÇÕES DE TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2.º*, São Paulo. São Paulo, CEDEC, 1979.
13. PIGNON, D. & QUERZOLA, J. — Ditadura e democracia na produção. In: *GORZ, A. — Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1980.
14. TAYLOR, F.W. — *Princípios de administração científica*. São Paulo, Ed. Atlas, 1978.
15. TRAGTEMBERG, M. — A co-gestão e o participacionismo ou Alice no país das maravilhas. In: *Administração, poder e ideologia*. São Paulo, Ed. Moraes, 1980.
16. WEIL, S. — Reflexões sobre as causas da liberdade e da opressão social. In: *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.